

O ENTENDIMENTO

O senador Juthay Magalhães, uma das lideranças mais representativas do PDS, registrava suas preocupações com a inexistência de interlocutores expressamente autorizados pelo Presidente da República para conduzir um processo de negociação para cuja complexidade chama a atenção de todos.

Como a esmagadora maioria dos seus companheiros de partido — e até das oposições — Juthay chamava a atenção para a necessidade do presidente João Figueiredo tomar a iniciativa de comandar pessoalmente todas as conversações, decidindo, inclusive, a respeito da estratégia mais conveniente para encaminhá-las.

Em um regime presidencial tão forte como o brasileiro, não há condições de conduzir qualquer negociação política importante sem a presença do Presidente da República, segundo advertia o senador baiano, lamentando que, a esta altura, o Chefe do Governo tenha que viajar para o Japão e a China (onde ficará onze dias, a partir do próximo dia 18), quando a situação política e institucional do País torna-se mais tensa e inquietante, para a elite política como para a esmagadora maioria do País.

Ao lado de Jutahy Magalhães, recostado ao vidro que divide o plenário do Senado da bancada de imprensa, o senador Virgílio Távora sustentava que o PDS está marcado por divisões internas provocadas pela sucessão presidencial, mas que o partido ficaria “no ar” se essas candidaturas fossem simplesmente retiradas do páreo.

Virgílio Távora, como o senador Amaral Peixoto, do PDS do Estado do Rio de Janeiro, acredita que, se o governo estiver realmente interessado em promover uma negociação com as oposições, terá, antes de mais nada, de organizar um “staff” de assessores para definir uma estratégia e definir um esquema de trabalho.

Embora esses senadores pessedistas não o declarassem, muitos deles não escondiam a preocupação de que o Palácio do Planalto não esteja realmente interessado em uma negociação de profundidade, que conduza à escolha de um candidato consensual à sucessão do atual Presidente da República.

A entrevista em São Paulo do porta-voz da Presidência da República admitindo que o presidente Figueiredo, como o ministro Leitão de Abreu, está interessado na retirada de todas as candidaturas no PDS, para facilitar a negociação com as oposições, tanto quanto o desmentido do próprio Carlos Atila — ambos em video-telpe — eram invocados como prova evidente de que o Governo não está unido em torno da negociação.

O presidente do PDS, senador José Sarney, está sendo criticado em amplos setores do partido pela forma tímida com que se conduz na direção nacional-partidária. Deputados e senadores, do primeiro ou do segundo time, censuram cada vez mais o comportamento do prócer maior do PDS, atribuindo-lhe responsabilidade por nenhuma tentativa destinada a reunificar as hostes do partido.

Todos reconhecem que Sarney pouco tem a oferecer a seus correligionários e muito ônus a enfrentar, mas ninguém se esquece de lembrar que não é possível exercitar nenhuma liderança sem correr os ônus implícitos a qualquer cargo de comando em qualquer corporação humana.

Indica-se o deputado Nelson Marchezan como exemplo de um político jovem longe ainda de ter conquistado o grau de experiência do presidente do PDS, mas capaz de iniciativas ousadas, em muitas das quais correu riscos, justamente para se afirmar no cargo que ocupa.

Sem entrar no mérito da ação que desenvolve Marchézan, sem se aventurar nem mesmo a qualquer juízo de valor a seu respeito, o deputado Fernando Lyra dizia, recentemente, que ele se transformou no único elo de comunicação confiável entre o Congresso, e não apenas o PDS ou as oposições, isoladamente, e o Palácio do Planalto.

— O que eu converso com ele tem sempre resposta. Falamos aqui, e bate lá. Pode ser que a resposta não seja boa, mas há resposta — dizia Fernando Lyra.